

HABEAS CORPUS Nº 501.458 - MS (2019/0089702-5)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
IMPETRANTE : ANDERSON LUIZ FERREIRA BUZO
ADVOGADO : ANDERSON LUIZ FERREIRA BUZO - MS019708
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PACIENTE : THAIANY AVALHAES DE OLIVEIRA (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em benefício de THAIANY AVALHAES DE OLIVEIRA contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul proferido no HC n.º 1402404-68.2019.8.12.0000.

Consta dos autos que a Paciente foi presa em flagrante delito, no dia 09/02/2019, pela suposta prática dos crimes tipificados nos art. 157, § 2.º, incisos II, IV e V; 157, § 2.º-A, inciso I, e 288, todos do Código Penal, por ter sido surpreendida, juntamente com o Corréu, quando realizava a transposição de veículo automotor do Brasil para a Bolívia. A prisão em flagrante foi convertida em preventiva.

Irresignada, a Defesa impetrou *habeas corpus* perante a Corte de origem, que denegou a ordem, nos termos da seguinte ementa (fl. 25):

"HABEAS CORPUS – ROUBO QUALIFICADO (ART. 157, § 2º, II, IV E V, C/C §2º – A, I, DO CÓDIGO PENAL) – REVOGAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA – DECRETO PRISIONAL FUNDAMENTADO – REQUISITOS LEGAIS DEMONSTRADOS – PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE SUPERIOR A QUATRO ANOS – MATERIALIDADE E INDÍCIOS DE AUTORIA PRESENTES – GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA – GRAVIDADE DO DELITO – CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS – IRRELEVÂNCIA – CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO DEMONSTRADO – ORDEM DENEGADA.

Presentes os motivos autorizadores (fumus commissi delicti relativo à materialidade e indícios de autoria – e o periculum libertatis – risco à ordem pública, à instrução criminal ou à aplicação da lei penal), bem como o requisito instrumental de admissibilidade (artigo 313, I, do Código de Processo Penal delito abstratamente apenado a mais de 04 quatro anos de reclusão), denega-se ordem de habeas corpus que visa revogar prisão cautelar fundamentada em elementos concretos, extraídos dos autos, quando a acusação é pela prática de roubo majorado por concurso de pessoas, restrição da liberdade da vítima e emprego de arma de fogo (art. 157, §2º, inciso II, IV e V c/c §2º – A, I, do Código Penal).

Condições pessoais favoráveis, por si só, não garantem direito

*de responder ao processo em liberdade quando presentes os requisitos que autorizam a segregação cautelar;
Ordem denegada. Com o parecer."*

Nas razões do presente *writ*, alega o Impetrante que, na hipótese dos autos, não estão presentes os requisitos necessários à manutenção da prisão cautelar da Paciente, uma vez que o decreto prisional, confirmado pelo acórdão recorrido, fundamenta-se somente na gravidade abstrata do delito, não havendo o preenchimento dos requisitos exigidos pelo art. 312 do Código de Processo Penal.

Acrescenta que a Paciente foi ludibriada para que os delitos fossem cometidos e que a Acusada está colaborando para as investigações e a devida responsabilização dos verdadeiros envolvidos nos crimes.

Requer, em liminar e no mérito, a revogação da custódia preventiva.

É o relatório.

Passo a decidir o pedido urgente.

Não estão presentes os pressupostos autorizadores do acolhimento da pretensão liminar.

A concessão da tutela de emergência, em juízo de cognição sumária e singular, exige a demonstração concomitante, e em grau bastante satisfatório, da plausibilidade do direito arguido e do perigo na demora. Este pode até ser admitido; aquela, ao revés, não se evidencia estreme de dúvidas, notadamente diante do que consignou o Tribunal de origem a respeito da prisão da Acusada (fls. 29-31; sem grifos no original):

"[...]

In casu, após minuciosa análise dos elementos que acompanham a impetração, bem como em consulta ao SAJ de primeiro Grau, observa-se que o decreto prisional, bem como a decisão que indeferiu a revogação da prisão preventiva estão calcados em decisão fundamentada, que demonstra a materialidade delitiva e os indícios suficientes da autoria da paciente no evento, bem como a necessidade de sua custódia, especialmente para a garantia da ordem pública.

Em relação ao fumus comissi delicti, verifica-se que resta devidamente demonstrado nos autos da Ação Penal nº 0006276-73.2019.8.12.0001, notadamente em face do Auto de Prisão em Flagrante, o que evidencia a materialidade delitiva e os indícios suficientes de autoria, que recaem sobre a paciente.

Da mesma forma, o periculum libertatis ressoa inequívoco no caso, pois há comprovada necessidade do confinamento cautelar para a

garantia da ordem pública, ante a gravidade concreta do crime perpetrado e a probabilidade de reiteração delitiva, conforme bem ressaltado no Parecer Ministerial acostado às fls. 64/68:

'Com efeito, em consulta ao e-SAJ, verifica-se do Auto de Prisão em Flagrante (autos nº 0001341-18.2019.8.12.0800) que, interrogada, (fls. 11/12 e 13) THAIANY confessou a prática criminosa no dia 8/2/2019, nesta Capital, referente ao veículo apreendido em seu poder, bem como admitiu outro crime da mesma natureza, com o mesmo *modus operandi*, praticado por ela e outros agentes em 6/2/2019, relatando sua efetiva ação de contatar motoristas, via aplicativo de celular, para perpetrar os roubos dos veículos.

Ou seja, em apenas dois dias, a acusada reincidiu na conduta de roubo de automóveis, com a mesma forma de operacionalização, em associação com outros agentes.

Desse modo, a prisão cautelar da ora paciente mostra-se necessária para garantia da ordem pública, pela perspectiva de que, solta, continue trilhando o caminho da delinquência, pois encontrará os mesmos estímulos e circunstâncias favoráveis, anteriores à sua prisão, aproveitando-se ainda, do sentimento de impunidade, que certamente lhe acompanha. (...)'

Ademais, a garantia da ordem pública foi o primeiro objetivo visado pelo legislador ao conceber o instituto da prisão preventiva, e assim o fez em razão da imensurável importância da paz social para a normalidade da vida em sociedade. Com isso, o imaculado direito à liberdade, inerente a toda pessoa, cede diante da necessidade maior de preservar o bem-estar coletivo, ameaçado pela conduta de quem insiste em praticar delitos sem importar-se com a repercussão de seus atos no meio social.

[...]

É de se ressaltar ainda que a decisão vergastada que elementos concretos foram invocados, já que o delito imputado a paciente fora cometido mediante violência de natureza grave, quando do uso de arma, em concurso de agentes, além do fato de ter sido apreendida em região fronteira, bem como restrição de liberdade da vítima, sendo imperativa a manutenção da prisão para garantia da ordem pública e conveniência da instrução criminal.

*No caso conclama considerar presentes os requisitos de cautelaridade, sobretudo porque o *modus operandi* da ação delituosa envolveu o desprezo pela condição humana, fator a evidenciar, sem dúvida, a periculosidade da acusada.*

Com efeito, malgrado a irresignação do impetrante, inexistente qualquer ilegalidade capaz de infirmar a custódia do paciente diante da presença dos demais requisitos previstos no artigo 312 do Código de Processo Penal. Ademais, presente a condição de admissibilidade da prisão preventiva prevista no artigo 313, I, do Código de Processo Penal porquanto trata-se de roubo majorado, crime punido com pena privativa de liberdade superior a 4 (quatro) anos, sendo inviável a aplicação de

medidas cautelares diversas, pois não seriam suficientes para acautelar a ordem pública.

[...]"

Dessa forma, aparentemente, a constrição tem base empírica idônea, pois o entendimento desta Corte é o de que o anterior cometimento de crimes constitui circunstância que legitima a prisão processual, **notadamente para assegurar a ordem pública**. Exemplificativamente, cito o seguinte julgado:

"PROCESSO PENAL. RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE ENTORPECENTES. PRISÃO PREVENTIVA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. GRAVIDADE CONCRETA. ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA. REITERAÇÃO DELITIVA. MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS. IMPOSSIBILIDADE.

1. A validade da segregação cautelar está condicionada à observância, em decisão devidamente fundamentada, aos requisitos insertos no art. 312 do Código de Processo Penal, revelando-se indispensável a demonstração do que consiste o periculum libertatis.

2. No caso, a prisão preventiva está justificada, pois a decisão que a impôs fez referência ao fato de o recorrente integrar organização criminosa voltada para a prática de tráfico ilícito de entorpecentes denominada 'Demônios de São Tomás'. Assim, a prisão se faz necessária para garantir a ordem pública, evitando o prosseguimento das atividades criminosas desenvolvidas.

3. Conforme magistério jurisprudencial do Pretório Excelso 'a necessidade de se interromper ou diminuir a atuação de integrantes de organização criminosa enquadra-se no conceito de garantia da ordem pública, constituindo fundamentação cautelar idônea e suficiente para a prisão preventiva' (STF, Primeira Turma, HC n. 95.024/SP, Rel. Ministra Cármen Lúcia, DJe 20/2/2009).

4. Ademais, **o recorrente apresenta duas anotações criminais (tráfico de drogas e porte ilegal de arma de fogo de uso permitido), estando inclusive usufruindo do benefício de liberdade provisória quando dos fatos ora em análise, evidenciando sua reiterada atividade delitiva. Assim, faz-se necessária a segregação provisória como forma de acautelar a ordem pública.**

5. Mostra-se indevida a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão, quando a segregação encontra-se fundada na gravidade efetiva do delito, indicando que as providências menos gravosas seriam insuficientes para acautelar a ordem pública e evitar a prática de novos crimes.

6. **Recurso ordinário desprovido.**" (RHC 81.267/MG, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 13/6/2017, DJe 23/6/2017 – sem grifos no original.)

Dessa forma, *primo ictu oculi*, não se constata a patente ilegalidade sustentada pela Defesa – o que obsta, ao menos por ora, o acolhimento da pretensão urgente formulada.

Ante o exposto, INDEFIRO o pedido liminar.

Solicitem-se informações pormenorizadas ao Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul, solicitando-lhe chave de acesso aos andamentos processuais.

Após, ouça-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 1º de abril de 2019.

MINISTRA LAURITA VAZ
Relatora

